

pontuação como – A Justiça da era moderna – indubitavelmente, quero que seus frutos sejam exuberantes e plenos, de modo que nossos sonhos sejam alcançados.

Agora, quanto ao conteúdo do livro em si, despidendo assinalar da magnitude da matéria, com raro brilho e maestria abordada por você. Destaque-se, também, que você, como autor, foi feliz na distribuição da alegria que o momento proporcionou, ressaltando-se, sobretudo, na minha ótica, a figura de nosso amigo comum, Dr. Raimundo da Silva Ribeiro. Creio que compreenderá o meu gesto não desmerecedor dos demais personagens abrilhantados.

Enfim, repito, comentários detalhados sobre a relevância do seu trabalho é dispensável, pois no conjunto está timbrado, de forma indelével, a imensurável acuidade

de e sensibilidade do autor no afã de brindar pioneiramente ensinamentos jurídicos a todos, sem distinção, acerca do momentoso tema de raiz na faina do Direito, e da Justiça, de maneira mais ampla e adequada, porque mais célere, junto às camadas, na verdade, necessitadas e carentes.

XI. Louve-se, afinal, a emblemática concepção e implementação da Justiça da era moderna e de raiz em nível federal, com vista a lastrear pretensões de pessoas de idade avançada e poucos recursos, porque, predominantemente, os clientes são, e serão sempre, da área da Previdência Oficial. Logo, por todos os títulos, este aspecto é digno de exaltação, dado ao alcance social que se reveste o novo rito judicial.

Suspensão de Segurança

Uma análise à luz da doutrina e da jurisprudência

*Luiz Vicente de Medeiros Queiroz Neto**

Sumário: Introdução. Definição. Fundamento Legal. Natureza Jurídica. Legitimidade Ativa. Competência. Pressupostos. Contraditório. Eficácia. Recurso. Suspensão da Suspensão. Suspensão de Segurança e Controle Concentrado de Normas. Conclusão. Referências Bibliográficas.

Introdução

O presente artigo tem por finalidade sistematizar aspectos relevantes do pedido de suspensão de segurança, notadamente, o comportamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) com relação ao tema proposto.

Adianta-se que o instituto em tela não está completamente delineado no ordenamento jurídico pátrio. Aliás, sabiamente, Cândido Rangel Dinamarco (*Fundamentos do Processo Civil Moderno*. Vol. I. 4ª ed. SP: Malheiros Editores, 2001,

* Analista Processual da Procuradoria-Geral da República e pós-graduado pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT).

p. 613) constatou que “Tal instituto permanece à sombra dos ricos progressos da doutrina brasileira do mandado de segurança e ainda constitui, para todos nós intérpretes, uma verdadeira ilha de mistérios a desvendar”.

As dificuldades se apresentam na medida em que a suspensão de segurança está afeta aos presidentes dos tribunais pátrios, os quais, no

mais das vezes, têm entendimento diverso quanto a alguns de seus aspectos.

Não se pretende esgotar a matéria, apenas trazer as linhas mestras até agora elaboradas pela doutrina e pela jurisprudência acerca do assunto. Saliente-se, contudo, que algumas questões só serão respondidas com a consolidação da jurisprudência.

Definição

A suspensão de segurança é o pedido destinado à suspensão da execução da liminar, ou da própria sentença concessiva, do mandado de segurança individual ou coletivo.

Uma vez concedida a liminar ou a segurança definitiva, a sua execução será imediata, a teor do art. 12, parágrafo único, da Lei 1.533, de 31/12/51, surgindo oportunidade para o recurso cabível (agravo de instrumento — art. 522 do Código de Processo Civil; ou apelação — art. 12,

caput, da Lei 1.533/51, respectivamente) e/ou o pedido de suspensão (art. 13 da Lei 1.533/51 c/c art. 4º da Lei 4.348/64).¹

Importante é frisar que o indeferimento reiterado de antecedentes pedidos de suspensão, segundo julgado do próprio STJ, não impede o requerimento de medida cautelar inominada, visando à suspensão da decisão, uma vez que possuem requisitos distintos (MC 1.754/PE, Rel. Min. Milton Luiz Pereira – *in DJ* de 12/06/00).

Fundamento legal

O art. 4º da Lei 4.348, de 26/06/64, introduziu o pedido de suspensão de segurança no ordenamento jurídico brasileiro, determinando que a execução da medida liminar em mandado de segurança ou da sentença concessiva da ordem mandamental poderão ser suspensas “quando, a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, o Presidente do Tribunal, ao qual couber

o conhecimento do respectivo recurso (vetado) suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar, e da sentença dessa decisão caberá agravo, sem efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do ato.”.

Com a criação do STJ pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) e o novo desenho do Poder Judiciário Nacional (o STF como guardião da Constituição e o STJ como protetor da legislação federal),

¹ O recurso de agravo ou de apelação serão interpostos sem o concomitante pedido de suspensão quando um dos pressupostos deste não estiverem presentes. Sobre o assunto, a jurisprudência do STJ pontificou que nas hipóteses que não envolvam risco de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, o recurso cabível para atacar liminar em mandado de segurança é o agravo de instrumento e não o pedido de suspensão (RESP 150.086-PR, Rel. Min. Waldemar Zveiter – *in DJ* de 15/03/99; RESP 213.491, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins – *in DJ* de 19/06/00).

houve a necessidade de instituir normas procedimentais para os processos da competência desses Tribunais. Assim é que a Lei 8.038, de 28/05/90, previu no art. 25 o pedido de suspensão de segurança no âmbito dessas Cortes de Justiça.

Desse modo, o fundamento para o pedido de suspensão da liminar e da sentença, perante Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça será o art. 4º da Lei 4.348/64, c/c os dispositivos reguladores da matéria nos respectivos regimentos internos. Ao passo que o fundamento do pedido de suspensão perante o STF e o STJ encontra-se no art. 25 da Lei 8.038/90 c/c os dispositivos pertinentes constantes dos regimentos internos, respectivamente art. 279 e art. 271.

Registre-se que leis posteriores autorizaram pedidos de suspensão incidentes em procedimentos diversos do mandamental. É o caso do art. 4º, *caput* e seu §1º, da Lei 8.437, de 06/01/92, que permitem, respectivamente, a suspensão

da execução de liminares concedidas ou sentenças proferidas nas ações movidas contra o Poder Público, inclusive em ações cautelares, populares e civis públicas.

Após a Lei 8.437/92, a reforma do CPC de 1994 trouxe o instituto da antecipação de tutela (arts. 273 e 461, §3º), a qual, se concedida contra o Poder Público, também pode ser suspensa com fundamento no art. 4º da Lei 8.437/92 c/c art. 1º da Lei 9.494, de 10/09/97 (STJ - PET 1.630, Rel. Min. Nilson Naves, no exercício da Presidência, *in DJ* de 1º/02/02).

Constata-se, então, que o pedido de suspensão é o gênero de que são espécies a suspensão de liminar/sentença em mandado de segurança (art. 4º da Lei 4.348/64), suspensão de liminar/sentença em ações movidas contra o Poder Público, em ações cautelares, ações populares e ações civis públicas (art. 4º, *caput* e §1º, da Lei 8.437/92) e a suspensão da antecipação de tutela (art. 1º da Lei 9.494/97).

Natureza jurídica

A suspensão de segurança, concedida liminar ou definitivamente, tem natureza jurídica de contracautela².

De Plácido e Silva (Vocabulário Jurídico, 17ª ed. RJ: Forense, 2000, p. 162) sustenta que “na terminologia jurídica, cautela possui o significado de precaução. É assim, a justa prevenção ou a ponderada diligência, que se emprega para a execução do ato, de modo que ele se faça sem que se possa trazer contrariedade a quem faz ou a

quem o mesmo possa aproveitar.”.

A contracautela significa, assim, a cautela em sentido contrário. Do mesmo modo que a ação direta de inconstitucionalidade está em sentido inverso à ação declaratória de constitucionalidade, a contracautela está em sentido oposto à cautela. É, portanto, o poder concedido pela lei ao Presidente do Tribunal para neutralizar³ uma tutela provisória ou definitiva, desde que presentes determinados pressupostos.

² Um exemplo de contracautela, conhecido no processo civil, são as cauções (art. 804 do CPC).

³ O ato do Presidente do Tribunal competente tão-somente suspende a eficácia da medida, não a cassa nem a revoga, a teor do que se infere pela própria redação das normas que autorizam essa medida.

Pela natureza de contracautela é a jurisprudência do STF e do STJ:

I. Suspensão de segurança: natureza cautelar e pressuposto de viabilidade do recurso cabível contra a decisão concessiva da ordem.

A suspensão de segurança, concedida liminar ou definitivamente, é *contracautela* que visa à salvaguarda da eficácia plena do recurso que contra ela se possa manifestar, quando a execução imediata da decisão, posto que provisória, sujeita a riscos graves de lesão interesses públicos privilegiados – a ordem, a saúde, a segurança e a economia pública: sendo medida cautelar, não há regra nem princípio segundo os quais a suspensão da segurança devesse dispensar o pressuposto do *fumus boni juris* que, no particular se substantiva na probabilidade de que, mediante o futuro provimento do recurso, venha a prevalecer a resistência oposta pela entidade estatal à pretensão do impetrante (...)” (STF - AGRSS 846/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence – *in DJ* de 08/11/96) (destacou-se).

Agravo Regimental. Fundamento inatacado. Princípio da Súmula 126. Natureza jurídica da suspensão.

Assentando-se a decisão recorrida em mais de um fundamento suficiente, a impugnação parcial conduz ao trânsito em julgado do fundamento irrecorrido, consoante princípio cristalizado no enunciado 126 da Súmula /STJ.

A suspensão da liminar, diferentemente do sistema recursal (que objetiva o acertamento da controvérsia), tem natureza jurídica de *contracautela*, cujo exercício depende da constatação da presença de risco de grave lesão à ordem, segurança, economia e saúde públicas.

Reconhecimento da presença dos pressupostos autorizadores da drástica medida não elidido pela impugnação recursal.

Agravo desprovido. (STJ - AGP 1.165/PR, Rel: Min. Antônio de Pádua Ribeiro – *in DJ* de 29/05/00) (destacou-se).

Registre-se que essa medida processual excepcional, incidente no procedimento da ação mandamental⁴, investe o Presidente do Tribunal competente em poder extraordinário, já que terá o condão de afastar a execução de uma medida urgente anteriormente concedida. Por isso, deve ser manejado com cuidado, de forma a não infirmar o remédio constitucional do mandado de segurança (art. 5º, LXIX e LXX, CF/88), como advertiu o Min. Celso de Mello:

Impende destacar que a providência postulada nesta sede processual reveste-se de excepcionalidade absoluta, eis que os efeitos inibitórios da concessão de liminar em mandado de segurança, autorizados pelo art. 4º da Lei 4.348/64 e pelo art. 25 da Lei 8.038/90, assumem particular gravidade, especialmente se considerada a magnitude da ação mandamental, que configura instrumento destinado a viabilizar, na esfera do Poder Judiciário, a tutela de direitos líquidos e certos.

Impõe-se, em consequência, ao Presidente do Tribunal, no exercício da atribuição monocrática que lhe foi legalmente deferida, que proceda, sempre, a uma exegese estrita aos poderes que lhe assistem, até mesmo em respeito à estatura superior que ostenta, em nosso sistema jurídico, o *writ* mandamental.

A índole constitucional do mandado de segurança determina ao seu intérprete que valorize esse remédio processual, a fim de

⁴ Sobre o assunto, Cândido Rangel Dinamarco (ob. cit. p. 613) sustenta: “Do ponto de vista puramente procedimental, não tenho dúvida de que se trata de mero incidente do processo de mandado de segurança”.

evitar que uma simples lei ordinária (Lei n. 4.348/64, art. 4º) venha a permitir a adoção de medidas judiciais que contenham, inibam e paralise os efeitos jurídicos desse relevantíssimo instrumento de proteção consagrado pela própria Constituição.

Essa norma de competência, que atribui poder extraordinário ao Presidente do Tribunal para suspender a eficácia da liminar mandamental ou a execução do próprio

mandado de segurança concedido, pode gerar consequências radicais, na medida em que se revela apta a neutralizar as virtualidades jurídicas do remédio constitucional e a frustrar a vontade objetiva positivada na Constituição da República, consistente na pronta e eficaz defesa das pessoas em face da ação eventualmente arbitrária do Estado.(...)” (STF - PETMC 1.343/DF, Rel. Min. Celso de Mello – *in DJ* de 28/08/97).

Legitimidade ativa

Entes legitimados

Possuem legitimidade ativa para requerer⁵ o pedido de suspensão da liminar ou da sentença a pessoa jurídica de direito público (União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Fundações Públicas) interessada e o Procurador-Geral da República, nos requerimentos perante o STF e o STJ (art. 4º da Lei 4.348/64, c/c art. 25 da Lei 8.038/90).

A doutrina e a jurisprudência, interpretando extensivamente o permissivo legal do requerimento em tela, ampliaram o rol de legitimados ativos, incluindo entre estes, a empresa pública e a sociedade de economia mista, quando no exercício de função delegada do Poder Público, desde que tenham de suportar os efeitos da decisão.

Hely Lopes Meirelles (Mandado de Segurança. 22ª ed. SP: Malheiros Editores, 2000, p. 82) alega que o art. 4º da Lei 4.348/64 é defeituoso, de forma que esta norma deve ser “interpretada racionalmente para a consecução dos fins a que

se destina”, admitindo o requerimento de pessoas e órgãos de direito privado.⁶

O Min. Antônio Neder, quando Presidente da Corte Suprema, sustentou que “o direito de pedir a suspensão da segurança deve ser concedido não só ao Procurador-Geral da República e à pessoa jurídica de Direito Público interessada, senão também às pessoas e às entidades privadas que tenham de suportar os efeitos da medida. A todos aqueles que figurarem na ação de segurança e que forem alcançados pela sentença concessiva do *writ*, deve conferir-se o direito de pedir a suspensão da medida.” (*leading case*: SS 114/SP, RTJ 92/939). Nesse sentido, é a jurisprudência recente do STJ:

Processual civil. Recurso Especial. Anulação de procedimento licitatório. Segurança concedida a pessoa jurídica de Direito Privado. Suspensão. Sociedade de economia mista da Administração Indireta (Telebrás e Telesp). Pessoas jurídicas de Direito Público.

– Legitimidade ativa *ad causam* – Lei

⁵ O pedido de suspensão deve ser instruído com a decisão judicial que se impugna.

⁶ Uma corrente minoritária não admite como legitimados ativos para requerer esta medida processual entes privados delegados ou concessionários de serviço público. Neste sentido, doutrina Lúcia Valle Figueiredo (Mandado de Segurança. 2ª ed. SP: Malheiros Editores, 1997, p. 151).

4.348, de 26/06/64 e DL 200, de 25/11/67.

– As empresas públicas equiparam-se às entidades de direito público, quanto à legitimidade para requerer suspensão de segurança, bastando estar investidas na defesa do interesse público decorrente da delegação.

A Telebrás e a Telesp, sociedades de economia mista da Administração indireta, destinadas à exploração de atividade econômica de interesse público e executoras da política nacional de telecomunicações, estão legitimadas para propor ação visando o resguardo do interesse público, em face da concessão de medida liminar em mandado de segurança.

Recurso conhecido e provido. (STJ – RESP 50.284/SP, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins – *in DJ* de 12/06/00).

Ministério Público

A legitimidade ativa do Ministério Público é fonte de controvérsias. Nery Jr. e Rosa Nery, com fundamento no art. 4º da Lei 8.437/92, enquanto Antônio Raphael Silva Salvador e Osni de Souza, com base no art. 25 da Lei 8.038/90, sustentam ser o *parquet* legitimado ativo para requerer a medida processual em análise (*apud*, Cassio Scarpinella Bueno. *Liminar em Mandado de Segurança*. Vol. 3, 2ª ed. SP: RT, 1999, p. 255).

Já Cassio Scarpinella Bueno (ob. cit., p. 256) posiciona-se contra a legitimidade ativa do Ministério Público para requerer o pedido de suspensão de segurança perante os Tribunais Estaduais ou Regionais, tendo em vista a falta de autorização legislativa para tal, especificamente o silêncio do §1º do art. 12 da Lei 7.347/85, que se limitou a dispor acerca da legitimidade da “pessoa jurídica de direito público interessada”.

Defendemos que o Ministério Público é par-

te legítima ativa para requerer o pedido de suspensão de segurança perante os Tribunais Estaduais e Regionais, mais precisamente o Procurador-Geral de Justiça (TJ) e o Procurador-Regional da República (TRF), respectivamente. Alinham-se os seguintes argumentos em favor desta tese:

a) A própria natureza dessa instituição e dos relevantes interesses públicos por ela protegidos (art. 127, *caput*, c/c art. 129, IX, da CF/88);

b) Os Regimentos Internos (RI's) dos TRF's são expressos em admitir a legitimidade ativa do Ministério Público Federal para requerer o pedido de suspensão – arts. 317, 261, 279, 251 e 249, dos RI's dos TRF's da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões;

c) Aplicação analógica do art. 4º da Lei 8.437/92, segundo o qual o Ministério Público é legitimado ativo para requerer o pedido de suspensão de execução de liminar deferida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes.

Intervenção de terceiros

O ente que não for parte no mandado de segurança pode requerer pedido de suspensão?

Segundo Cassio Scarpinella Bueno (ob. cit., p. 232), o art. 4º da Lei 4.348/64 fala em “requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada”, “de forma a tornar o mais amplo possível o leque dos possíveis legitimados (i.e., as possíveis pessoas jurídicas de direito público) a apresentar o pedido de suspensão”. Assim, nos termos apontados, mesmo que não seja parte na ação mandamental, a pessoa jurídica de direito público pode requerer o pedido de suspensão.

A jurisprudência da Suprema Corte admite o ingresso de terceiro juridicamente interessa-

do, nestes termos:

Suspensão de segurança. Decisão que determina a suspensão da liminar concedida. Agravo regimental.

Legitimidade para agravar, por quem não é parte na suspensão de segurança e nem no mandado de segurança. Terceiro prejudicado. Sindicato na qualidade de substituto processual.

Possibilidade reconhecida por voto de desempate do Plenário.

Cargos públicos. Provimento por meio de ascensão funcional.

Impossibilidade a partir da Constituição de 1988. Suspensão concedida para evitar grave lesão a ordem jurídica e a economia popular, considerando a jurisprudência já

consolidada do Plenário da Corte.

Agravo regimental improvido. (SSAgRg 564-3/MG, *in DJ* de 09/06/95).

Existindo, assim, interesse⁷, admite-se o litisconsórcio ativo facultativo no pedido de suspensão entre o ente político (União, Estados/DF e Municípios) e suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas, como ocorreu com o Banco Central do Brasil e a União (PETAg 2.066-SP, *in* Informativo 200 de 06/09/00) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a União (PET 717/CE, *in DJ* de 12/01/99 e PET 1.630, *in DJ* de 1º/02/02).

Competência

Compete exclusivamente ao “Presidente do Tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso” (art. 4º da Lei 4.348/64), apreciar o pedido de suspensão de segurança.

Sendo assim, o julgamento do pedido de suspensão, requerido contra liminar ou segurança concedida por juiz estadual ou federal, compete ao Presidente do TJ ou TRF, respectivamente. Tratando-se de decisão liminar ou segurança concedidas pelo TJ ou pelo TRF, originariamente ou em grau de recurso, embora cabível agravo regimental ou apelação para o próprio tribunal, o pedido de suspensão será requerido ao Presidente do STJ

ou do STF, por força do art. 25 da Lei 8.038/90⁸.

Resta agora definir a competência do STF e do STJ em sede de pedido de suspensão de segurança. Essa competência infere-se do art. 25 da Lei 8.038/90 e será determinada a partir da fundamentação trazida pela petição inicial do mandado de segurança. Desse modo, se a causa (ação mandamental) tiver por fundamento matéria legal (infraconstitucional), compete ao Presidente do STJ suspender, em despacho fundamentado, a execução de liminar ou de decisão concessiva de mandado de segurança, proferida, em única ou última instância, pelos TRF’s ou pelos TJ’s; se o elemento causal perti nen-

⁷ O interesse, em regra, há de ser jurídico, mas a União pode ingressar em feitos judiciais, demonstrando apenas interesse econômico (art. 5º, *caput* e parágrafo único, da Lei 9.469, de 10/07/97).

⁸ “Art. 25. Salvo quando a causa tiver por fundamento matéria constitucional, compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a requerimento do Procurador-Geral da República ou da pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, suspender, em despacho fundamentado, a execução de liminar ou de decisão concessiva de mandado de segurança, proferida, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal.”

te à ação mandamental (*causa petendi*) versar sobre matéria constitucional, a competência será do Presidente do STF (*leading case*: Reclamação 330-2/SP, Rel. Min. Néri da Silveira, *in DJ* de 29/11/91).

Este dispositivo legal harmoniza-se com a sistemática constitucional adotada para delimitar a competência do STF e STJ em sede de recursos de natureza extraordinária: matéria constitucional, da alçada do STF, e infraconstitucional,

apreciada pelo STJ.

Quanto à motivação do despacho proferido pelo presidente do tribunal, exigida nos dispositivos legais enfocados, mostra-se redundante tal imposição, haja vista a necessidade constitucional de as decisões judiciais serem motivadas (art. 93, IX). Em todo caso, a fundamentação é primordial para aferir se a suspensão proferida inclui-se na competência do Presidente do Tribunal.

Pressupostos

A jurisprudência sedimentou-se no sentido de que na suspensão não se examina o mérito do mandado de segurança, o que restou bem demonstrado pelo Min. Celso de Mello na PETMC 1.343/DF, *in DJ* de 28/08/97:

(...) cabe ressaltar, por necessário, que, na análise do pedido de suspensão de segurança, não se examina, em princípio, o mérito da causa mandamental, por mais relevante que seja a matéria de direito constitucional nesta discutida, devendo a apreciação jurisdicional limitar-se aos aspectos concernentes à potencialidade lesiva do ato decisório impugnado sobre a ordem, a saúde, a segurança e a economia públicas (RTJ 125/904, Rel. Min. Rafael Mayer, RTJ 140/366, Rel. Min. Sydney Sanches, RCL 143/23, Rel. Min. Néri da Silveira).⁹

Então, se não é discutido o mérito do mandado de segurança, qual a matéria analisada pelos Presidentes dos Tribunais ao apreciarem o pedido de suspensão veiculado? Trata-se do estudo dos pressupostos exigidos para se conceder a suspensão de segurança.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que a decisão proferida no pedido de suspensão de segurança pelo Presidente do Tribunal, com base no art. 4º da Lei 4.348/64, constitui juízo político acerca da lesividade alegada, ao contrário das decisões em recurso especial, tomadas com base em juízo de legalidade (STJ – Rel. Min. Francisco Peçanha Martins: RESP 116.832-MG – *in DJ* de 28/02/00; RESP 119.870-SP – *in DJ* de 28/06/99 e SS 1.005, Rel. Min. Nilson Naves no exercício da Presidência – *in DJ* de 1º/02/02). Tanto assim, que a decisão não é controlada pela via do recurso especial, tendo em vista que o Presidente do Tribunal analisa situações de fato e não jurídico-legais (STJ - MC 3.074/DF, Rel. Min. Milton Luiz Pereira – *in DJ* de 04/06/01).

Dessa forma, basta apenas que a liminar ou a execução da sentença em mandado de segurança sejam portadoras de riscos a um dos quatro valores constantes do art. 4º da Lei 4.348/64: ordem, saúde, segurança e economia públicas (*periculum in*

⁹ A jurisprudência do STJ caminha no mesmo sentido: AGSS 523/RS, Rel. Min. Bueno de Souza – *in DJ* de 14/04/97, AGP 1.165/PR, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro – *in DJ* de 29/05/95 e RCL 541/GO, Rel. Antônio de Pádua Ribeiro – *in DJ* de 12/04/99.

mora), não se indagando acerca da plausibilidade do pedido de suspensão (*fumus boni juris*).

Já o STF tem se inclinado em admitir como requisitos necessários para a concessão do pedido de suspensão o perigo na demora (*periculum in mora*), constituído este pela grave lesão a um dos quatro requisitos expressos no art. 4º da Lei 4.348/64, somados à plausibilidade da tese do requerente (STF - AGSS 846/DF, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgado em 29/06/96 – *in* Informativo 33; SS 1.740/BA, Rel. Min. Carlos Velloso – *in* DJ de 27/03/00). Quando se analisa a plausibilidade da tese sustentada pelo requerente, o Presidente do Tribunal ingressa em seara da juridicidade, adicionado ao juízo político consistente no perigo da demora. Portanto, constitui um juízo misto.

Já o Ministro Celso de Mello sustenta que “por mais relevante que seja a matéria de direito constitucional nesta discutida, deve a apreciação jurisdicional limitar-se aos aspectos concernentes à potencialidade lesiva do ato decisório impugnado sobre à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas” (RTJ 125/904, Rel. Min. Rafael Mayer – RTJ 140/366, Rel. Min. Sydney Sanches – RCL 143/23, Rel. Min. Néri da Silveira) (PETMC 1.343/DF, Rel. Min. Celso de Mello – *in* DJ de 28/09/97).

Na doutrina, Arruda Alvim (Estudos e Pareceres. Mandado de Segurança e Direito Público. Revogação da medida liminar em mandado de segurança. SP: RT, 1995, p. 377/379) sustenta que a hipótese prevista no art. 4º da Lei 4.348/64 retrata uma aplicação concreta do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. Eventual lesão patrimonial a direito do impetrante será reparada, configurando-se um caso de responsabi-

lidade civil objetiva por atos lícitos (art. 37, §6º, CF/88). Também assim Cândido Rangel Dinamarco (ob. cit. p. 614/15), para quem “(...) se a preservação de um direito amparado em *fumus bonis juris* entrar em conflito com relevantes valores inerentes à ordem pública e assim elencados na lei (Lei 4.348, de 26/06/64, art. 4º), a solução será impor ao impetrante o risco e dar prevalência ao interesse público; e isso acontece ainda quando em sentença de mérito houver sido afirmada a lesão a direito líquido e certo, sendo ela suscetível de reforma pela instância superior.” Para os autores, pois, consiste em juízo político.

Para Cássio Scarpinella Bueno (ob. cit. p. 224), há necessidade de um juízo jurídico que demonstre a “injuridicidade (ilegitimidade) do ato judicial praticado em benefício do impetrante. Não basta, desta sorte, a demonstração das razões políticas (ou metajurídicas) indicadas naquele dispositivo legal. Mister que aquelas consequências nefastas ao interesse público sejam sentidas, porque o ato do qual se pretende a suspensão é contrário ao ordenamento jurídico e, por esta razão, é que afeta, negativamente, os valores constantes no referido art. 4º. Não fosse assim – e porque não existe interesse público à margem da lei —, nunca seria imaginável a ocorrência dos pressupostos condutores da suspensão da liminar ou da sentença concessiva do mandado de segurança.”

No nosso entender, a interpretação histórica da Lei 4.348/64 conduz ao entendimento de se tratar de um juízo político, à vista da situação vivida pelo país no ano de edição dessa legislação (ditadura militar). No entanto, dado o caráter democrático instituído pela CF/88, há de se interpretar os dispositivos referentes à suspensão de segu-

rança com essa nova visão, até mesmo para não ofender a garantia constitucional do mandado de segurança, como já registrado pelo Ministro Celso de Mello em voto acima transcrito.

Por isso, os pressupostos para o deferimento da suspensão de segurança são de um juízo misto: o *periculum in mora*, constituído por um dos valores previstos na lei (ordem, segurança, saúde ou economia públicas¹⁰) e o *fumus boni juris*, consubstanciado na probabilidade de a decisão liminar (ou a sentença) contra a qual se pede a suspensão ser contrária às normas existentes na ordem jurídica.

Não obstante os valores trazidos pela lei, aptos a fundamentar um dos pressupostos da suspensão de segurança sejam expressos em conceitos indeterminados, impregnados de uma certa fluidez, com base em construções doutrinária e jurisprudencial, é possível extrair seu significado, o que se passa a fazer a seguir.

Ordem pública

A maioria dos pedidos de suspensão de segurança são fundamentados ora na grave lesão à ordem pública, ora na grave lesão à economia pública.

A orientação jurisprudencial do STF consolidou-se no *leading case* relatado pelo Min. Néri da Silveira, quando na Presidência do antigo TFR, segundo o qual no conceito de ordem pública se compreende a ordem administrativa em geral, ou

seja, a normal execução do serviço público, o regular andamento das obras públicas, o devido exercício das funções da Administração pelas autoridades constituídas. Confira:

Quando na Lei 4.348/64, art. 4º, se faz menção a ameaça de lesão à ordem, tenho entendido que não se compreende, aí, apenas, a ordem pública, enquanto esta se dimensiona em termos de segurança interna, porque explicitamente de lesão à segurança, por igual, cogita o art. 4º da Lei 4.348/64. Se a liminar pode constituir ameaça de grave lesão à ordem estabelecida para a ação da Administração Pública, por força da lei, nas suas múltiplas manifestações, cabe ser suspensa sua eficácia pelo Presidente do Tribunal. Não pode, em verdade, o juiz decidir contra a lei. Se esta prevê determinada forma para a prática do ato administrativo, não há o juiz, contra a disposição normativa, de coarctar a ação do Poder Executivo, sem causa legítima. Fazendo-o, atenta contra a ordem estabelecida, em lei, para os atos da Administração." (TFR – Suspensão Segurança 4.405-SP, *in DJ* de 07/12/79).¹¹

Todavia, Lúcia Valle Figueiredo (ob. cit., p.151) entende que lesão grave à ordem pública é ameaça às próprias instituições e ao próprio Estado de Direito.

Um exemplo existente na jurisprudência é o ocorrido no AGP 1.165/PR, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro – *in DJ* de 29/05/00. O então Min. Presidente do STJ acentuou que decisões conflitantes proferidas pelos diversos TRF's consistem em grave lesão à ordem pública, ao dizer: "(...) nada impede que, no exercício da prerrogativa autoriza-

¹⁰ É de se registrar que a doutrina pugna pelo elenco restrito dos valores previstos no art. 4º da Lei 4.348/64, como adverte Lúcia Valle Figueiredo (Mandado de Segurança. 2ª ed. SP: Malheiros Editores, 1997), para quem atuação do Presidente do Tribunal deve estar circunscrita aos pressupostos legais traçados – grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, sob pena de infirmar a garantia constitucional do mandado de segurança.

¹¹ No mesmo sentido: STJ – AGP 1.207/RJ (lesão à ordem pública administrativa), Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro – *in DJ* de 29/05/00.

da pelo art. 4º da Lei 8.437/92, a Presidência do STJ reconheça, em dado contexto (como o da espécie), que ocorra perigo de grave lesão da ordem pública quando os Presidentes dos Tribunais Regionais Federais vêm decidindo determinado tema num sentido e surja decisão da mesma Justiça Federal em sentido diametralmente oposto.”

Economia pública

Analisando a Constituição, constata-se que a tutela desse bem jurídico compete à União (arts. 21, VII e VIII; 22, VI, VII e XIX, e 174, §§1º e 2º).

Reconhecendo grave lesão à economia pública, o Min. Celso de Mello, então Presidente do STF, suspendeu a decisão do TRF da 1ª Região que houvera levantado a indisponibilidade dos bens de ex-administrador de instituição financeira, determinada *ex legis* (art. 36, *caput* e seu §1º, da Lei 6.024/74), em virtude de intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Confira:

Sob tal perspectiva, impõe-se reconhecer que o ato decisório ora impugnado reveste-se, efetivamente, de uma inquestionável carga de potencialidade lesiva, apta a vulnerar o interesse social, pois o desbloqueio dos bens pertencentes ao impetrante do mandado de segurança comprometerá, de maneira inequívoca, os fins visados pela medida extraordinária da indisponibilidade patrimonial, frustando, em consequência, o objetivo maior pretendido pelo legislador, que é o de garantir a poupança pública e, também, o de manter a credibilidade das instituições financeiras, ou daquelas que lhe são juridicamente equiparadas, impedindo, desse modo, que o interesse público venha a ser prejudicado por pretensões individuais de ordem meramente privada.

É preciso ter presente, neste ponto, que

o sistema jurídico brasileiro, ao disciplinar os procedimentos estatais de intervenção e de liquidação extrajudicial de instituições financeiras, prescreve que os administradores de tais entidades ‘ficarão com todos os seus bens indisponíveis, não podendo, por qualquer forma, direta ou indireta, aliená-los ou onerá-los, até apuração e liquidação final de suas responsabilidades’ (Lei 6.024/74, art. 36, *caput*). (STF - PETMC 1.343/DF, *in DJ* de 28/08/97).

Saúde pública

A Seção III do Capítulo II (Seguridade Social) do Título VIII (Da Ordem Social) é dedicada à saúde, esta que é “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (art. 196 da CF).

Grave lesão à saúde pública, portanto, consiste em decisões que venham a ofender a saúde da população, como a que determina a liberação de medicamento ou alimento impróprios ao consumo humano. Também como exemplo, a Corte Especial do STJ reconheceu grave lesão à saúde pública a paralisação *ex abrupto* do serviço público de classificação, fiscalização e inspeção de óleo e farelo de soja no Estado do Rio Grande do Sul, sob a responsabilidade da Associação Sulina de Crédito e Assistência – Ascar, ou seja, o ato de determinar as qualidades intrínsecas e extrínsecas de um produto para consumo humano (AGSS 523/PR, Rel. Min. Bueno de Souza – *in DJ* de 14/04/97).

Esse mesmo órgão julgador confirmou a suspensão determinada pelo Presidente do STJ da decisão liminar que reduziu a carga horária dos mé-

dicos da Fundação Hospitalar do Distrito Federal de 24 (vinte e quatro) para 20 (vinte) horas semanais, sob o entendimento de que gera potencial risco à saúde e à economia públicas (AGSS 694/DF, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro – *in DJ* de 05/10/98).

Segurança pública

Um dos setores sociais mais carentes no cotidiano. Contudo, o número de pedidos de segurança fundamentados na grave lesão à segurança pública tem sido diminuto.

A segurança consiste em dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144 da CF). O constituinte assegurou à segurança pública o Capítulo III da Seção III do Título V (Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas), devido ao relevante papel no seio da sociedade. Não é à toa que a grave lesão à segurança pública elevou-se à categoria de requisito ao pedido de suspensão de segurança, pois constitui valor básico à manutenção da paz e da democracia.

A Corte Especial do STJ entendeu que a instalação irregular de condomínio potencializa ris-

cos à saúde e à segurança públicas, em acórdão assim plasmado:

1 - A instalação irregular de condomínio tendente a agredir o ecossistema com a desordenada ocupação do solo, acarretando grave risco de contaminação de lençóis freáticos e nascentes d'água pela abertura de fossas de coleta de esgoto próximas a poços artesianos; a ausência de regular coleta de lixo e o risco de doenças decorrentes da insalubridade; *a inexistência de serviços de segurança e bombeiros em local sem iluminação pública com população estimada em mais de quatro mil pessoas; e a possibilidade de arcar com a indenização de edificações diante do fato consumado são hábeis a configurar a presença dos pressupostos autorizadores da suspensão da liminar.*

2 - Fundando-se a impetração em alegação de descumprimento da Lei 6.766/79, que cuida de loteamento ou parcelamento de solo, firma-se a competência do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para examinar o pedido de suspensão da medida liminar.

3 - Afigura-se inadequado o exame, nessa sede, de questões relativas ao mérito da decisão, as quais devem ser dirimidas nas vias recursais ordinárias.

4 - Agravo desprovido. (AGSS 693/DF, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro – *in DJ* de 20/09/99) (destacou-se).

Contraditório

Consiste em uma faculdade dos Presidentes dos Tribunais ouvir o impetrante acerca da suspensão da liminar ou da sentença concessiva da segurança. Assim dispõem os Regimentos Internos do STF (art. 279, §1º), STJ (art. 271, §1º), dos TRF's da 1ª, 3ª e 4ª Regiões (arts. 317, §1º; 279, §1º; 251,

§1º, respectivamente) e do TJDF (art. 171, §1º).

Devido a urgência do pedido, a maioria dos Presidentes dos Tribunais não costuma ouvir o impetrante. O contraditório é, assim, deferido e oportunizado em eventual agravo regimental.

Já o atual Presidente do STF, Min. Marco Aurélio, em respeito ao princípio da bilateralidade de audiência, dá vista ao impetrante (SS 2.117/

RS, *in DJ* de 07/02/02; SS 2.083/ES, *in DJ* 06/02/02; e SS 2.114, *in DJ* de 04/02/02).

Eficácia

Não há prazo determinado na legislação para o requerimento de pedido de suspensão de segurança, o qual pode ser feito até o julgamento do agravo de instrumento ou da apelação. Contudo, por se tratar de uma tutela de urgência, pode ser requerida até mesmo antes da publicação da liminar, sentença ou acórdão, de acordo com a prática forense.

Uma vez deferido o pedido de suspensão, a sua eficácia perdurará, com relação à liminar, até o trânsito em julgado da decisão que conceder o mandado de segurança na instância de origem e, com relação à sentença, até o julgamento do recurso dela interposto. Estes efeitos decorrem *ex vi legis*, como dispõe o art. 25, §3º, da Lei 8.038/90, o qual se aplica às suspensões requeridas junto ao STJ e STF¹².

Observe-se, assim, que o pedido de suspensão deferido contra liminar em mandado de segurança perderá a eficácia, desde que denegada a segurança na sentença. Essa interpretação extrai-se do próprio art. 25, §3º, da Lei 8.038/90. Mas, também se encontra em consonância com o entendimento do Pleno do STF, que declarou a perda de objeto do pedido de suspensão de segurança por este fundamento (SSAgRgEDclAgRg 1.015/SP, Rel. Min. Marco Aurélio, *in DJ* de 04/02/02).

Por não haver regulação específica na Lei

4.348/64, os regimentos internos dos tribunais têm positivado a regra inserta no art. 25, §3º, da Lei 8.038/90. Para Cândido Rangel Dinamarco (ob. cit., p. 629), quando o pedido é fundado no art. 4º da Lei 4.348/64 “jamais poderá a suspensão de uma liminar concedida em processo de mandado de segurança propagar-se à sentença concessiva do *writ*, sem que haja pedido expresso da pessoa de direito público a que pertença o impetrado.”

Entretanto, a nosso ver, mesmo para aqueles tribunais que não adotam a eficácia *ex lege*, que prescinde de pedido expresso para a extensão dos efeitos da suspensão da liminar à sentença, será possível a aplicação analógica do art. 25, § 3º, da 8.038/90, com fundamento no art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil.

É de se considerar, ainda, a possibilidade de os efeitos neutralizadores do pedido de suspensão serem estendidos para outros feitos judiciais em que a providência liminar haja sido concedida. A previsão autorizativa veio por meio da Medida Provisória 2.180-35/01, que deu nova redação ao §8º do art. 4º da Lei 8.437/92, a saber:

Art. 4.º (...)

§ 8º As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal

¹² Sucede que a Medida Provisória 2.180-35, de 24/08/01, acrescentou o § 9º ao art. 4º da Lei 8.437/92, dizendo que “A suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão do mérito na ação principal.”

estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples adiamento do pedido original.

Essa extensão de efeitos tem sido ratifica-

da pelo atual Presidente do STF (Min. Marco Aurélio), como deixou consignado SAgRgEDcl 2.060/SP, *in DJ* de 26/02/02.

Recurso

Se deferido o pedido de suspensão, o recurso cabível é o agravo regimental, sem efeito suspensivo, para o órgão colegiado competente, a depender do regimento interno do tribunal (no STF é o Pleno; no STJ, a Corte Especial); indeferido, mantém-se a liminar ou a sentença, não cabendo agravo interno, nos termos da Súmula 506 do STF ou da Súmula 217 do STJ¹³.

Prazo para interposição do agravo regimental

Excetuando os agravos regimentais interpostos perante o STF e o STJ, para os quais a Lei 8.038/90 (art. 39) estipula o prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do ato, há controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais a respeito do prazo para interposição de agravos regimentais em pedidos de suspensão perante os demais Tribunais.

O art. 4º da Lei 4.348/64 determina que o prazo para a interposição do agravo regimental é de 10 dias, contados da publicação do ato. Contudo, Theotonio Negrão (Código de Processo Civil. 31ª ed. SP: Saraiva, 2000, p. 1615), em seus comentários à citada lei, já alterou seu texto, destacando a expressão “cinco dias”, pois, entende ser o prazo atual de cinco dias,

tendo em vista que leis posteriores restringiram esse prazo (Lei 8.038/90, art. 25, § 2º c/c art. 39; Lei 8.437/92, art. 4º, § 3º). O mesmo autor (ob. cit., p. 1615), todavia, colaciona acórdão do STJ (RSTJ 98/159) entendendo que o prazo é de dez dias.

Cássio Scarpinella Bueno (ob. cit., p. 247/254) alega que o prazo há de ser de dez dias, seja porque a Lei 4.348/64 é lei especial em relação ao mandado de segurança, seja porque “à míngua de disciplina específica, o prazo de cinco dias previsto em diplomas legislativos mais recentes, não pode ser aplicado generalizadamente a todos os Tribunais até porque representaria uma desvantagem ao particular (impetrante) diante da suspensão da eficácia da medida que lhe beneficia.”

A questão não tem uniformidade nos Regimentos Internos dos TRF's: TRF da 1ª Região (art. 317, §1º) e TRF da 4ª Região (art. 251, §1º) – cinco dias; TRF da 3ª Região (art. 279, §2º) e TRF da 5ª Região (art. 249, parágrafo único) – dez dias e TRF 2ª Região (art. 261, parágrafo único) – prazo legal.

Seria de grande proveito a uniformização do prazo do agravo regimental, seja em cinco ou em dez dias. Até lá, é prudente para quem pretenda

¹³ Súmula 506 STF: “O agravo a que se refere o art. 4º, da Lei 4.348, de 26 de junho de 1964, cabe, somente, do despacho do presidente do Supremo Tribunal Federal que defere a suspensão da liminar, em mandado de segurança; não do que a denega.”; Súmula 217 do STJ: “Não cabe agravo de decisão que indefere o pedido de suspensão da execução da liminar, ou da sentença em mandado de segurança.” No mesmo sentido: AgSS 851/GO, Rel. Min. Paulo Costa Leite – *in DJ* de 20/08/01.

agravar de decisões que defiram pedidos de suspensão, junto a Tribunais Estaduais ou Regionais, interpô-los no prazo previsto no respectivo regimento interno ou em cinco dias.

Contagem em dobro do prazo do agravo regimental

O prazo em tela conta-se em dobro quan-

do for parte a Fazenda Pública ou o Ministério Público (art. 188, CPC), aplicando-se a Súmula 116 do STJ¹⁴ (apesar desta Súmula referir-se apenas ao STJ), bem como quando os litisconsortes (impetrantes) tiverem diferentes procuradores (art. 191, CPC) (STF – Pleno, SSAGRG 514-6/AM, Rel. Min. Octavio Gallotti, *in DJ* de 03/12/93; RTJ 150/402, 163/59).

Suspensão da Suspensão

A Medida Provisória 2.180-35, de 24/08/01, instituiu a “Suspensão da Suspensão”, acrescentando os seguintes parágrafos ao art. 4º da Lei 8.437/92:

Art. 4º (...)

§ 4º Se do julgamento do agravo de que trata o § 3º resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.

§ 5º É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o § 4º, quando negado provimento a agravo de instrumento

interposto contra a liminar a que se refere este artigo.

O Juiz Fernando da Costa Tourinho Neto (Suspensão de Segurança e de Liminares pelos Presidentes dos Tribunais, pp. 22 a 24), atual Presidente do TRF da 1.ª Região, considera estes dispositivos materialmente inconstitucionais por ampliarem a competência do STJ e do STF, violando, respectivamente, os arts. 105 e 102 da CF/88.

No entanto, o STF atestou a constitucionalidade das prescrições em tela, ao julgar a ADInMC 2.251/DF (Rel. Min. Sydney Sanches, *in* Informativo 199 de 21/02/01).

Suspensão de Segurança e controle concentrado de normas

A jurisprudência do STF firmou-se no sentido da inadmissibilidade da suspensão de segurança em sede de controle concentrado de normas, por constituir processo objetivo de controle de normas.

Assim decidiu o Min. Celso de Mello, então

Presidente, na Medida Liminar na Petição 1.120-1/SP, (PETAgrG 1.543/SP, Rel. Min. Marco Aurélio – *in* Informativo 247 de 31/10/01):

Consideradas essas premissas, tenho para mim que a norma inscrita no art. 4º da Lei 8.437/92 não se aplica às hipóteses de suspensão de liminar deferida em

¹⁴ Súmula 116 do STJ: “A Fazenda Pública e o Ministério Público têm prazo em dobro para interpor agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça.”.

ação direta de inconstitucionalidade originariamente ajuizada perante Tribunal de Justiça (CF, art. 125, §2º), pois o diploma legislativo em questão refere-se, segundo entendo, a provimentos cautelares uni-

camente concedidos em sede de caráter subjetivo, em cujo âmbito – como precedentemente acentuado – instaura-se controvérsia pertinente a situações concretas e individuais.

Conclusão

A importância do instituto do pedido de suspensão de segurança no ordenamento jurídico pátrio está em ser instrumento ágil e eficaz para expurgar lesões à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, valores maiores num Estado que se diz Democrático de Direito (art. 1º, *caput*, da CF).

Ao lado da proteção que o Estado oferece aos direitos individuais, mediante as garantias constitucionalmente asseguradas, há de se reconhecer a tutela dos interesses coletivos. O pedido de suspensão é, assim, manifestação do princípio da supremacia do interesse público so-

bre o privado. Essa é a razão de sua constitucionalidade.

No entanto, impende ser utilizado com moderação e dentro de limites, a fim de não enfraquecer o remédio heróico que é o mandado de segurança. Senão, a pretexto de cumprir a CF/88, estar-se-á pondo em xeque suas garantias.

Neste escorço, procuramos demonstrar as questões discutidas em torno da suspensão de segurança, traçando-lhe as linhas mestras para quando os aplicadores do direito se defrontarem com o tema.

Referências bibliográficas

- Alvim, Arruda. Estudos e Pareceres. *Mandado de Segurança e Direito Público. Revogação da Medida Liminar em Mandado de Segurança*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995.
- Bueno, Cássio Scarpinella. *Liminar em Mandado de Segurança*. Vol. 3. 2ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.
- Dinamarco, Cândido Rangel. *Fundamentos do Processo Civil Moderno*. Vol. I. 4.ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.
- De Plácido e Silva. *Vocabulário Jurídico*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000
- Figueiredo, Lúcia Valle. *Mandado de Segurança*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1997.
- Meirelles, Hely Lopes. *Mandado de Segurança*. 22ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.
- Tourinho Neto, Fernando da Costa. *Suspensão de Segurança e de Liminares pelos Presidentes dos Tribunais*. Cartilha Jurídica n. 83, Divisão de Serviços Gráficos do TRF da 1ª Região, Brasília/DF, nov/2001.